



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO
CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO ORDINARIA REALIZADA NO DIA
17 DE JANEIRO DE 2017

N.º 03/2017

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Prof.ª
Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete
Canário Taveira da Costa Gouveia. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não Houve. -----

SECRETARIOU: António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não Houve. -----

LOCAL DA REUNIÃO: Sala de Reuniões nos Paços do Município. -----

ATA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada no final da respetiva reunião. -----



SUMÁRIO

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA	Pág.
1 – Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Mário Alberto Nobre Lopes Soares.....	4
2 – Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado...	5
 II – ORDEM DO DIA	
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	
1 – Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião – Fixação do número de Bolsas de Estudo.....	5
 DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS	
2 – Aumento Temporário dos Fundos Disponíveis – Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho.....	6
 Serviços de Tesouraria	
3 – Resumo dos Fluxos de Caixa do dia 30 de dezembro de 2016 a 12 de janeiro de 2017.	8
 DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA	
4 – Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de Infraestruturas Urbanísticas (TU) 2017.....	9
5 – Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola do Município de Santa Marta de Penaguião.....	11
6 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Ana Plácido Ponce de Leão Bettencourt – Cumieira	13
7 – Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo 54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e outros – Cumieira	15



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO**

Serviços da Educação

- 8 – Carta Educativa Municipal – Revisão..... 17

Serviços da Cultura

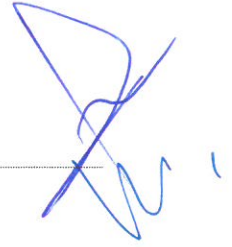
- 9 – Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos – Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça – Pedido de Apoio Financeiro..... 22
- 10 – Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos – Pedido de Apoio Financeiro para execução de Obras de Conservação e Beneficiação do Edifício da Antiga Junta de Freguesia cedido para uso Exclusivo do Grupo de Cantares..... 23
- 11 – AVAS – Associação de Vinhos, Aromas e Sabores – Viso 13 – Apoio Financeiro..... 25

Serviços do Desporto

- 12 – ATMVR – Associação de Ténis de Mesa de Vila Real – Pedido de Apoio Financeiro... 25

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

- 13 – Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião 26



I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. Mário Alberto

Nobre Lopes Soares

----- 1 – Presente à reunião uma proposta de voto de Pesar pelo Falecimento do Senhor Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares, apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

----- “As vozes soaram em coro de Norte a Sul de Portugal. -----

----- Liberdade, coragem, luta, democracia, foram as palavras mais pronunciadas, e por entre lágrimas, cravos erguidos e mãos a acenar, *Mário Alberto Nobre Lopes Soares, desapareceu do mundo físico.* -----

----- *Desapareceu do físico, mas nunca desaparecerá das memórias, nem da história do próprio -*
----- *País pelo qual lutou de corpo e alma, inteiro, entregue em plenitude à causa que defendia.*

----- *Em Santa Marta de Penaguião esteve em 1979, e deixou marcas bem claras nas pessoas com quem privou. Pessoa alegre e bem-disposta, amigo de um bom passeio e de uma boa conversa.* -----

----- *Tentou resistir à morte com a mesma força com que resistiu à ditadura, mas desta feita foi vencido.* -----

----- *Ficam para a eternidade as palavras que ele mesmo ecoou: -----*

----- *"Vocês são todos uns grandes democratas, mas não conseguem entender que, na democracia, alguém tem de perder."* -----

----- *Mário Soares, em 1986 -----*

----- *Foi a sua vez de perder. -----*

----- *Por isso, de Santa Marta para Mário Soares "... um adeus de até já, como a alguém que se espera a cada instante..."!* -----

----- *Propõe, desta forma ao Executivo Municipal a aprovação de um voto de pesar para o homem que lutou por todos!" -----*

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade e dar conhecimento à família.** -----



**Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr.
Luís Reguengo Machado**

----- 2 – O Senhor Presidente da Câmara informou, o Executivo Municipal, que ontem (16 de janeiro de 2017) teve uma reunião nos Paços do Município com sua Excelência, o Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques. -----

----- Informou ainda, que relativamente ao jantar de homenagem aos colaboradores dos Institutos Particulares de Solidariedade Social, pelo Senhor Presidente foi apresentado para conhecimento o seguinte: -----

----- *“Reconhecimento também pode ser sinónimo de gratidão ou agradecimento.* -----

----- *No entanto, no dia 12 de Janeiro, reconhecimento foi sinónimo de sorrisos e verdadeira felicidade.* -----

----- *Sendo certo, que nenhum valor substituiria o carinho que estas pessoas sentiram, dirigido diretamente a si e não à instituição que as emprega, também o é, que dada alguma controvérsia à volta das despesas do evento, o mais correto será fazer-se a apresentação e descrição das mesmas.* -----

----- *Assim o jantar de homenagem teve o custo de 1.755,46€ e lembranças, que têm sempre em vista a promoção e divulgação da marca SANTA MARTA, o valor de 2.011,00€, perfazendo o total de 3.766,46€.”* -----

II – ORDEM DO DIA

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais
aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de
Penaguião – Fixação do número de Bolsas de Estudo**

----- 1 – Presente à reunião, proposta do Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----



----- “O socorro às populações é uma missão desenvolvida pelas corporações de bombeiros do concelho, com responsabilidade, zelo e dedicação, reveladora de coragem, civismo e de respeito pela vida humana, atitude que merece ser reconhecida, acarinhada e valorizada.” -----

----- Com base no Regulamento Municipal de Concessão de Benefícios Sociais aos Bombeiros Voluntários do Município de Santa Marta de Penaguião, no que se refere à atribuição de bolsas de estudo aos Bombeiros que frequentam o Ensino Superior, publicado em 9 de março de 2016, e de acordo com o n.º 2 do artigo 6º e dos n.ºs 2 e 4 do artigo 7º do regulamento, deve, a Câmara Municipal definir qual o número de bolsas de estudo a atribuir em cada situação e definir o espaço temporal da entrega de candidaturas. -----

----- Assim, proponho que o Executivo Municipal que delibere no sentido de fixar o número de bolsas de estudo a atribuir aos Bombeiros que se encontrem nas situações constantes do referido regulamento, referentes ao ano letivo 2016/2017.” -----

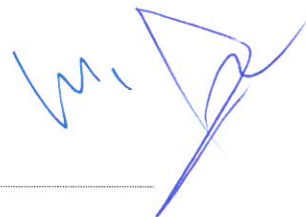
----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, fixar em 15 o número de bolsas de estudo a atribuir aos Bombeiros, cujas candidaturas deverão ser apresentadas até às 17:00 horas do dia 3 do próximo mês de fevereiro.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Aumento Temporário dos Fundos Disponíveis – Lei n.º 8/2012,
de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho**

----- 2 – Presente à reunião informação da Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

----- “A Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março que aprovou as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso de entidades públicas, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, (LCPA) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de Junho, determina na alínea f) do artigo 3.º e artigo 5.º, respetivamente, que se



consideram «Fundos disponíveis» as verbas disponíveis a muito curto prazo, que incluem, quando aplicável, e desde que não tenham sido comprometidos ou gastos: -----

---- a) A dotação corrigida líquida de cativos, relativa aos três meses seguintes; -----

---- b) As transferências ou subsídios com origem no Orçamento do Estado, relativos aos três meses seguintes; -----

---- c) A receita efetiva própria que tenha sido cobrada ou recebida como adiantamento; -----

---- d) A previsão da receita efetiva própria a cobrar nos três meses seguintes; -----

---- e) O produto de empréstimos contraídos nos termos da lei; -----

---- f) As transferências ainda não efetuadas decorrentes de programas e projetos do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) e outros programas estruturais, cujas faturas se encontrem liquidadas, e devidamente certificadas ou validadas; -----

---- g) **Outros montantes autorizados nos termos do artigo 4.º da LCPA.** -----

---- Por sua vez, a Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017, determina no seu artigo 64.º que no ano corrente, “na determinação dos fundos disponíveis das entidades do subsector local..., devem ser consideradas as verbas disponíveis relativas a seis meses seguintes”, referidas nas alíneas a), b) e d) mencionadas. -----

---- Considerando que os “Fundos Disponíveis” não devem exceder os montantes previstos nas subalíneas da alínea f) do artigo 3.º e das alíneas, do n.º 1 do artigo 5.º da LCPA e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, podendo, de acordo com a exceção prevista no artigo 4.º da mesma LCPA ser acrescidos aos fundos disponíveis outros montantes, desde que expressamente autorizados pelo órgão executivo; -----

---- Considerando que o n.º 2 do art.º 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho determina que o aumento temporário dos fundos disponíveis a que se refere o artigo 4.º da LCPA só pode ser efetuado mediante recurso a montantes a cobrar ou a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso; -----

---- Considerando a sazonalidade das receitas do Município e, ser fundamental proceder-se no início do exercício de 2017, à assunção de um conjunto de compromissos destinados à atividade regular do Município, ao longo de parte do ano civil, tais como, vencimentos, reposição de stocks, comunicações, manutenção de viaturas, rendas, fornecimentos e serviços externos, refeições escolares, seguros, etc., cuja liquidação irá ocorrer fora do período de reporte do

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 03 de 17 de janeiro de 2017



cálculo dos Fundos Disponíveis, assim como, o assegurar de todos os compromissos assumidos e não faturados em 2016 que transitaram para 2017 e, verificada a necessidade de Fundos Disponíveis, na presente data para a realização das despesas supracitadas, importa efetuar uma antecipação de receitas próprias e de receitas gerais, destinada à assunção dos referidos compromissos. -----

----- Face ao referido sugere-se, caso mereça a concordância de V.Ex.^a que, nos termos do artigo 4.º da LCPA e considerando o estrito cumprimento dos limites estabelecidos no n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, seja submetido à consideração do Executivo Municipal, no sentido de que este autorize ao abrigo do disposto na al.^a c) do n.º 1 do supra citado artigo 4.º, o aumento temporário dos fundos disponíveis, a título excecional, de acordo com o quadro que se segue que, em caso de divergência dos valores efetivamente cobrados e ou recebidos, se procederá à correção dos respetivos fundos disponíveis, conforme estipula o n.º 2 do mesmo artigo 4.º mencionado." -----

Aumento temporário dos fundos disponíveis nos termos na Alínea c) artigo 4.º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro e do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de Junho	
1- Receitas Gerais - Fundos do Orçamento de Estado (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) dos meses de:	Valor a antecipar
Novembro	355 687,16 €
Dezembro	355 687,16 €
Total do Aumento temporário dos fundos disponíveis (1):	711 374,32 €
Fundos disponíveis de Janeiro antes do Aumento temporário (2):	3 325 143,41 €
Fundos disponíveis de Janeiro depois do Aumento temporário (1) + (2):	4 036 517,73 €

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, o aumento temporário dos fundos disponíveis, nos termos da informação dos serviços.** -----

Serviços Tesouraria

**Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de dezembro de 2016
a 12 de janeiro de 2017**

----- 3 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa de 30 de dezembro de 2016 a 12 de janeiro de 2017, o qual apresenta os seguintes valores: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 03 de 17 de janeiro de 2017

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA			Data:	12/01/2017
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo do dia anterior:		179 014,71	Despesas Orçamentais (*)	108 106,48
Execução orçamental	109 108,22		Correntes	83 749,25
Operações de tesouraria	69 906,49		Capital	24 357,23
			(*) Compromissos	3 325 143,41
Receitas Orçamentais		27 187,10	Operações de tesouraria	7 841,19
Correntes	27 187,10		Saldo para o dia seguinte:	91 178,27
Capital	901 219,01		Execução orçamental	28 188,84
Operações de tesouraria		924,13	Operações de tesouraria	62 989,43
Total		207 125,94	Total	207 125,94

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

DIVISÃO DE COORDENAÇÃO TÉCNICA DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANA
Taxa pela Realização, Manutenção e Reforço de
Infraestruturas Urbanísticas (TU) 2017

----- 4 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- "I - ENQUADRAMENTO LEGAL-----

----- De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 116º do Decreto-Lei nº 136/2014, de 9 de setembro, que procede à décima terceira alteração ao Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, a emissão de licenças e admissão de comunicação prévia de operações de loteamentos e obras de edificação, estão sujeitas ao pagamento de uma taxa, tendo em conta o plano plurianual de investimentos na execução, manutenção e reforço das infra-estruturas gerais que pode ser definido por áreas diferenciadas. -----

----- Decorre da leitura da definição da alínea h), do artigo 2º, do RJUE que as infra-estruturas são obras de criação e remodelação destinadas a servir diretamente os espaços urbanos ou as



edificações, como arruamentos viários e pedonais, redes de esgotos e de abastecimento de água, electricidade, gás e telecomunicações e ainda espaços verdes e de utilização coletiva. ----

---- Ora, de acordo com a fórmula de cálculo da Taxa pela realização, reforço e manutenção de infraestruturas urbanísticas **"Tu"** definida nos n.ºs 2 e 3 do artigo 149.º, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação de Santa Marta de Penaguião (RMUE), é condição a definição do **"In"** - Coeficiente que traduz a influência do programa plurianual. -----

---- De referir que, a taxa é distinguida por áreas geográficas, nomeadamente freguesia e lugares correspondentes às extintas freguesias. -----

---- A distribuição dos valores de Investimento em Infraestruturas urbanísticas para 2017 e respetivos cálculos para obtenção do valor **"In"** são apresentados em anexo. -----


---- II - PROPOSTA DE DECISÃO -----

---- Em coerência com as razões de facto e direito tomo a liberdade de propor à Exma. Câmara Municipal que, **aprove**, a tabela I onde consta o **"In"** para cada Freguesia/lugares, de forma a se proceder ao cálculo da **"Tu"** referida nos n.ºs 2 e 3, do artigo 149.º do RMUE." -----

Tabela I

Freguesia/lugares	In
Alvações do Corgo	0,06
Cumieira	0,06
Fontes	0,09
Fornelos	0,03
Louredo	0,05
Medrões	0,04
Sanhoane	0,03
São João de Lobrigos	0,03
São Miguel de Lobrigos	0,47
Sever	0,14

---- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços e proceder à respetiva publicitação nos termos da legislação em vigor. ----



**Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola do
Município de Santa Marta de Penaguião**

----- 5 – Presente à reunião informação da Divisão de Coordenação Técnica de Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- “I – Enquadramento -----

----- O Regulamento n.º 1012/2016, publicado no DR, 2.º série – n.º 2012 – 4 de novembro de 2016 denominado Regulamento de Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola do Município de Santa Marta de Penaguião, estabelece as condições de acesso às participações financeiras a fundo perdido até ao montante máximo de 2.500,00€, a conceder pelo Município de Santa Marta de Penaguião aos agricultores aí sedeados, tem por objetivo, no seu artg.º 2.º, o apoio à reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas e à reconstrução dos muros de suporte que são afetados por situações de fenómenos climáticos adversos. -----

----- O mesmo, no seu artg.º 3.º considera como beneficiários os agricultores que comprovadamente registaram e prejuízos nas suas propriedades de natureza agrícola, devido à ocorrência de fenómenos climáticos adversos, como é o caso das intempéries ocorridas entre de 12 a 15 de Fevereiro de 2016. -----

----- São elegíveis ao financiamento, pelo Município através do estipulado pelo presente Regulamento, as seguintes despesas, de acordo com o artg.º 4.º: -----

----- a) Encargos com reconstrução de muros de suporte, derrubados por fenómeno climático adverso; -----

----- b) Encargos com a reconstituição ou reposição do potencial produtivo das explorações agrícolas, previamente destruído por fenómeno climático adverso; -----

----- c) Campos de cultivo, afetados por fenómeno climático adverso. -----

----- Tendo por base o exposto no artg.º 10.º do Regulamento n.º 1012/2016, as candidaturas ao financiamento a conceder nos termos do presente Regulamento serão apresentadas diretamente no Gabinete de Apoio ao Município de Santa Marta de Penaguião, mediante a entrega dos seguintes documentos: -----

----- 1. Fase de instrução da candidatura: -----

----- a) Cópia da caderneta predial, ou da certidão de teor, ou do contrato de exploração ou de arrendamento; -----



----- b) Orçamento de um empreiteiro que evidencie o CAE, N.º de contribuinte, e o valor da recuperação com o arranjo do(s) prejuízo(s); -----

----- c) Cópia do Polígono de investimento com a delimitação do muro destruído englobada na candidatura apresentada ao PDR2020 ou cópia do P3 da parcela com a localização área em prejuízo ou com a delimitação do muro destruído para quem somente efetuou o registo das intempéries; -----

----- d) Cópia da candidatura entregue ao abrigo dos apoios estatais ou Registo das intempéries em substituição da anterior (visto que muitos agricultores não efetuaram candidatura devido ao montante em prejuízo não abranger o limite mínimo elegível para financiamento do IFAP); -----

----- e) Declaração de início de atividade como viticultor, olivicultor, horticultor, ou outra que comprove o exercício da atividade agrícola; -----

----- f) Formulário de candidatura Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola do Município de Santa Marta de Penaguião (em anexo). -----

----- g) Cópia do Bilhete de identidade e do cartão de contribuinte ou cópia do cartão do cidadão.

----- 2. Fase da instrução para o pedido de pagamento: -----

----- a) Requerimento de pedido de pagamento (requerimento geral CMSMP 80 - Rev 4); -----

----- b) Fatura e recibo do empreiteiro que evidencie o CAE, N.º de contribuinte, e o valor da recuperação com o arranjo do(s) prejuízo(s); -----

----- c) Declaração e certidão de não dívida à Segurança Social e Finanças respetivamente; -----

----- d) Comprovativo de pagamento através de cópia do cheque ou da transferência bancária realizada; -----

----- e) Extrato bancário contabilístico do movimento transacionado; -----

----- f) Número de Identificação bancária do beneficiário. -----

----- II – Da proposta em sentido estrito-----

----- Face ao exposto propõe-se que: -----

----- 1. Sejam atribuídos os seguintes prazos para a Concessão de Apoio Financeiro à Exploração Agrícola do Município: -----

----- a) Apresentação de candidaturas: 20 dias; -----

----- b) Apreciação e validação das candidaturas: 1 mês; -----

----- c) Apresentação e validação do pedido de pagamento (vistorias): 3 meses; -----

----- d) Liquidação do pedido de pagamento: 1 mês. -----



----- 2. A hierarquização para a Concessão de Apoio Financeiro, seja feita tendo por base a ordem apresentada nas alíneas a) a c) do artigo 4.º do presente regulamento. -----

----- Caso a presente proposta mereça a concordância do Exmo. Sr. Presidente de Camara, deverá ser levada a reunião de Camara para aprovação.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----

**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo
54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Ana
Plácido Ponce de Leão Bettencourt – Cumieira**

----- 6 – Presente à reunião requerimento do Senhor Ana Plácido Ponce de Leão Bettencourt, na qualidade de proprietário, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- “1 - INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Ana Plácido Ponce de Leão Bettencourt, na qualidade de proprietária, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura pública de doação que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, situado em Sobrais, com a área de 6437,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 434-C, da freguesia da Cumieira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 2650. -----

----- 2 - PARECER -----

----- 2.1 - Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de



compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----

----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 - Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, o prédio rústico a que se reporta o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
434-C	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Espaços Agrícolas</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no prédio rustico supra na proporção de ½ indiviso a favor de cada um dos seguintes: Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e Antónia Maria Ponce de Leão Bettencourt Mesquita de Araújo. -----

----- 3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura pública de doação, visando a constituição de compropriedade no artigo 434-C, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**Pedido de Parecer Técnico para os Efeitos Previstos no artigo
54.º da Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto – Requerente: Hipólito
António Ponce de Leão Bettencourt e outros – Cumieira**

----- 7 – Presente à reunião requerimento do Senhor Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e outros, na qualidade de herdeiros da herança aberta por óbito de Plácido Bettencourt Forte e Ana Hipólito Botelho Ponce de Leão, a solicitar a emissão de certidão nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, para efeitos de celebração de uma escritura de partilha. -----

----- Sobe com informação dos Serviços Técnicos, com o seguinte teor: -----

----- 1 - INTRODUÇÃO -----

----- Através do requerimento supra identificado, Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e outros, na qualidade de herdeiros da herança aberta por óbito de Plácido Bettencourt Forte e Ana Hipólito Botelho Ponce de Leão, solicitou o parecer nos termos do nº 1 do artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23 de Agosto, e ulteriores alterações, para efeitos de celebração de uma escritura pública de partilha que passo a descrever: -----

----- Prédio rústico, situado na Vinha da Pedreira, com a área de 4530,00 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 376-C, da freguesia da Cumieira, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 2884; -----

----- Prédio misto, denominado Quinta do Covelo, com a área total de 15976 m2, composto pelo prédio rústico, com a área de 15906 m2, inscrito na matriz predial sob o artigo 182-C, e pelo prédio urbano, com a área de 70 m2, inscrito na matriz cadastral sob o artigo 151 ambos da Cumieira, descrito na Conservatória do Registo Predial de Santa Marta de Penaguião sob o n.º 2885. -----

----- 2 - PARECER -----

----- 2.1 - Enquadramento do pedido na Lei -----

----- De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 54º da Lei nº 91/95, de 2/9, alterada pela Lei nº 64/2003, de 23/08, sob a epígrafe “Medidas Preventivas”, “a celebração de quaisquer actos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da câmara municipal da situação dos prédios”. -----



----- Também, de acordo com o que se encontra estabelecido no nº 2 do mesmo artigo, o “parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o acto ou negócio visa ou dele resulte parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana”. -----

----- 2.2 - Enquadramento do prédio nos Instrumentos de Planeamento Territorial -----

----- Tendo em conta a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelo interessado e de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal, os prédios rústicos a que se reportam o pedido em questão, localiza-se: -----

Artigo	Plano Vigente	Classificação de acordo com as plantas
376-C	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Estrutura Ecológica Municipal</i>
182-C	PDM	O prédio rústico insere-se em <i>Estrutura Ecológica Municipal</i>

----- 2.3. Especificidades do pedido -----

----- O pedido em questão, visa a constituição de compropriedade no prédio rustico supra na proporção de ½ indiviso a favor de cada um dos seguintes: Hipólito António Ponce de Leão Bettencourt e Antónia Maria Ponce de Leão. -----

----- Considerando que o pedido tem em vista a celebração de uma escritura pública de partilha, visando a constituição de compropriedade nos artigos 376-C e 182-C, sem parcelamento físico, situação diferente daquela que a Lei pretende salvaguardar nos termos do nº 2 do artigo 54º (parcelamento físico em violação do regime legal dos loteamentos urbanos). -----

----- Estes serviços técnicos são de entendimento que, o pedido formulado não se enquadra no âmbito das medidas preventivas que o artigo 54º da Lei nº 64/2003, de 23/08, pretende abranger, pelo que é passível de ser atendido favoravelmente, propondo-se ao Executivo Municipal que emita parecer favorável à constituição de compropriedade requerida. -----

----- Considerando que o requerente solicita a emissão de certidão, propõe-se que a mesma seja emitida de acordo com o presente parecer técnico. -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, emitir parecer favorável, nos termos da informação dos Serviços Técnicos.** -----



**UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL DE 3.º GRAU DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO
AÇÃO SOCIAL E TURISMO
Serviços da Educação**

Carta Educativa Municipal – Revisão

----- 8 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 41/2003, de 22 de Agosto e 6/2012, de 10 de Fevereiro e pelo Decreto-Lei n.º 72/2015, de 11 de Maio, define as competências relativamente à elaboração da Carta Educativa, bem como à sua revisão. No seu artigo 10.º refere que “A carta educativa é, a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e sócio-económico de cada município”. -----

----- O artigo 20.º daquele mesmo diploma, estipula que o “Ministério da Educação e as câmaras municipais reavaliam obrigatoriamente de cinco em cinco anos a necessidade de revisão da carta educativa”, bem como, ainda que “Revestem a forma de revisão da carta educativa as alterações da mesma que se reflitam significativamente no ordenamento da rede educativa anteriormente aprovado, designadamente a criação ou o encerramento de novos estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino”, sendo aplicáveis à revisão os procedimentos previstos para a respetiva aprovação. -----

----- No estrito cumprimento da supra citada disposição legal, a Câmara Municipal em sua reunião realizada em 19 de Maio de 2015, deliberou, por unanimidade, aprovar dar início aos procedimentos conducentes à realização da revisão da Carta Educativa deste Município, recorrendo, para o efeito à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, entidade que colaborou com esta Autarquia na elaboração daquele documento em 2006, então aprovado pelos órgãos Executivo e Deliberativo Municipais e ratificado pelo Governo. -----

----- Conforme recomendações do Ministério da Educação e Ciência, a monitorização e a revisão da Carta Educativa visou a verificação do estado da educação escolar no Município, através da aferição do nível de implementação das propostas previstas na mesma e da atualização dos



dados das frequências escolares por nível de ensino, principalmente nas escolas públicas dos Agrupamentos de Escolas existentes e nas Escolas não Agrupadas, bem como de uma atualização das propostas de reordenamento preconizadas na referida Carta Educativa Municipal, tendo por base o desenvolvimento de cenários prospetivos de procura escolar. -----

---- Para além do ordenamento e requalificação física dos territórios educativos, a elaboração e a contínua revisão/monitorização da Carta Educativa, tem uma dimensão prospetiva, exigindo um esforço continuado de adaptação às dinâmicas sociodemográficas e territoriais do Município em prol do alcance de maiores e melhores níveis de coesão e sustentabilidade social e territorial.

---- Deste modo constitui-se como objetivo principal da Carta Educativa, a sua permanente comparação face às necessidades e aos desafios que as políticas de educação exigem, sendo que fazem parte das preocupações do Município, a racionalização, adaptação e rentabilização dos recursos existentes mediante a determinação e avaliação do grau de execução das propostas que a mesma contém face ao conjunto de expectativas inicialmente traçadas, bem como a avaliação da evolução quantitativa da rede educativa municipal e a sua adequabilidade às necessidades atuais. -----

---- A elaboração da proposta da revisão da Carta Educativa foi sempre orientada pelos objetivos referidos, enquadrando os resultados educativos municipais à luz dos objetivos definidos no Programa Governamental para a Educação. -----

---- Ora, a Carta Educativa (neste caso, revisão e monitorização) visa dotar o Município de um instrumento que permita perspetivar a adequação da rede de infraestruturas de educação e ensino à procura previsível até ao ano letivo de 2023/2024, caracterizando e projetando, numa primeira parte, a procura da população em idade escolar num horizonte de 10 anos, com o intuito de constituir uma base sólida de apoio à decisão no processo de planeamento de rede educativa municipal, bem como da oferta educativa, em termos das capacidades instaladas e da evolução do sistema educativo, nomeadamente nos níveis de escolarização da população, nas taxas de insucesso e no abandono escolar. -----

---- A segunda parte do documento que se apresenta para apreciação do Executivo, contempla uma proposta de reordenamento da rede escolar do Município onde são explicitados os objetivos, os critérios de reordenamento e as propostas de reorganização da rede educativa. Contempla, ainda, os princípios orientadores que serviram de base para a elaboração dessas mesmas propostas, tomando como ponto de partida o quadro legislativo atual e as perspetivas



da sua evolução, e as propostas de reconfiguração da rede escolar. Conforme é referido nesse mesmo documento, *"estas últimas devem, contudo, ser entendidas não como decisões futuras tomadas hoje, mas antes como guias orientadoras ou ações preferenciais, para o reordenamento da oferta aquando (e se) a realidade agora perspetivada da procura se verifica"*. -----

---- Por último, importa referir também que de acordo com o cronograma então definido, foram sucessivamente realizadas as diferentes fases de trabalho previamente estabelecidas, designadamente a análise e discussão dos documentos elaborados, no âmbito de auscultação pública, incluindo os titulares do direito de oposição no Município a que se refere o n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 24/98, de 26 de Maio, que se fizeram representar em sessão pública e do Conselho Municipal de Educação. -----

---- Concluído, assim, o processo de elaboração da revisão da Carta Educativa Municipal e depois do parecer favorável do Conselho Municipal de Educação, deve o mesmo ser submetido, para aprovação, à Assembleia Municipal, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 19.º em conjugação com o n.º 4 do artigo 20.º, ambos do Decreto-Lei supra mencionado. -----

---- Face ao exposto, e para os efeitos referidos, submete-se ao Executivo Municipal, a proposta da versão final da Carta Educativa, cujo documento se anexa." -----

---- **Deliberação: Aprovar, por maioria, a revisão da Carta Educativa, com os votos contra das Senhoras Vereadoras do PPD/PSD, Prof.ª Sandra Maria Morais Guedes Gonçalves e Prof.ª Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, que apresentaram a seguinte declaração de voto:** -----

*"As Vereadoras eleitas pelo Partido Social Democrata, relativamente ao - ponto oito da ordem do dia, Carta Educativa, declararam que votaram contra a proposta de reordenamento da rede escolar do município, nomeadamente a "desativação de 2 estabelecimentos do 1.º CEB - a EB1 de Fontes e a EB1 de São João de Lóbrigos" (Carta Educativa (CE), p. 60) no ano letivo 2018/2019 (CE, p.59), uma vez que consideram estar reunidas as condições para a manutenção em funcionamento destes dois estabelecimentos do 1ºCiclo do Ensino Básico (1.ºCEB), a saber: -----
A socialização das crianças, fundamental para o seu desenvolvimento integral e harmonioso, está assegurada, uma vez que, em 2018, estima-se*



que a EB1 de Fontes terá 20 alunos e a EB1 de São João de Lobrigos, 29 alunos (CE, tabela 17, p.51) de idades semelhantes. A possibilidade de se desenvolver um ambiente escolar mais seguro e mais acolhedor para a criança é maior. -----

a) Os Estabelecimentos de Ensino do 1.ºCEB de Fontes e de Lobrigos foram sujeitos a obras de requalificação, tendo sido feito um investimento considerável que os dotou dos equipamentos essenciais ao processo de ensino/aprendizagem, tais como: salas de aula (incluindo uma sala para o ensino especial (EB1 de Lobrigos); espaço de convívio coberto, espaço de convívio descoberto, instalações sanitárias diferenciadas, cantina, biblioteca (EB1 Fontes), que se encontram em boas condições de funcionalidade, isto é adaptadas “às necessidades do processo de ensino/aprendizagem”. Para duas salas de aulas existem dois computadores, uma impressora, uma fotocopadora, dois quadros interativos e internet. Confrontando as Fichas das escolas da EB1 de Fontes, de São João de Lobrigos e da EB1+ JI de Santa Marta de Penaguião, constata-se que a diferença está apenas no número de equipamentos disponíveis e não na existência de equipamentos/recursos diferentes, mais modernos ou inovadores: para seis salas de aulas existentes, na EB1+JI de Santa Marta de Penaguião, estão disponíveis seis computadores, uma impressora, uma fotocopadora, cinco quadros interativos e acesso à internet (páginas 61,63 3 64). Assim, podemos concluir que a manutenção das EB1 de Fontes e São João de Lobrigos se justifica uma vez que devemos “maximizar o investimento realizado”, pois todos “os estabelecimentos (...) obedecem a critérios de modernização e de adaptabilidade às necessidades do processo de ensino/aprendizagem” (CE, p. 56). -----

b) A EB1 de Fontes e de São João de Lobrigos tem condições para promover o sucesso educativo dos alunos uma vez que, para além de ser possível o desenvolvimento de um ensino mais individualizado, adequado às necessidades dos alunos, pode contar com um maior envolvimento da família no processo de aprendizagem das crianças, devido à proximidade



entre pais/encarregados de educação e pessoal docente e não docente. Saliente-se que não é estabelecida, na Carta Educativa, nenhuma relação entre as EB1 de Fontes e de São João de Lobrigos com as taxas de insucesso e abandono. -----

Salientaram ainda que, de acordo com o previsto no artigo 19.º, do Despacho n.º5048-B/2013 de 12 de abril, “as turmas do 1.º ciclo do ensino básico são constituídas por 26 alunos” podendo, no entanto, ser constituídas por 18 ou 22 alunos, nos estabelecimentos de ensino de lugar único, que incluam alunos de mais de 2 anos de escolaridade ou nos estabelecimentos de ensino com mais de 1 lugar, que incluam alunos de mais de 2 anos de escolaridade, respetivamente. Assim sendo, fica fundamentada a manutenção da EB1 de São João de Lobrigos, uma vez que se estima, para 2018, a existência de 29 alunos. Para a EB1 de Fontes, e relativamente a este critério específico, estima-se a matrícula de 20 alunos, em 2018. No entanto, dado tratar-se de uma das três vilas do Concelho, justifica-se a aposta na manutenção de serviços públicos, como a EB1, entre outros, para potenciar Fontes como centro aglutinador das zonas envolventes. Neste sentido, consideraram fundamental reavaliar a distribuição dos alunos do 1.ºCEB das aldeias mais próximas. -----

Para concluir, defenderam que devem ser enveredados todos os esforços, pelos diferentes intervenientes políticos, para a manutenção da Rede Escolar implementada atualmente no Município até à próxima revisão da Carta Educativa.” -----

----- **No seguimento da declaração de voto antes referida, o Senhor Presidente disse o seguinte:** -----

“Registamos com muito apreço a mudança de atitude do PSD de Santa Marta de Penaguião, tendo em conta que em 2006 propôs o encerramento de todos os polos e escolas do Município, tendo o Partido Socialista na altura aprovado a reorganização com um Centro Escolar e 3 polos escolares, Santa Marta de Penaguião, Cumieira, Fontes e São João de Lobrigos. -----



Esta opção da criação de polos e sua manutenção foi defendida na altura, é o agora e será no futuro, pelo que o encerramento de qualquer polo escolar está fora dos nossos horizontes políticos e está justificado na fundamentação, na proposta em apreciação, na qual é referido: -----

- a) Para além do ordenamento e requalificação física dos territórios educativos, a elaboração e a contínua revisão/monitorização da Carta Educativa, tem uma dimensão prospetiva, exigindo um esforço continuado de adaptação às dinâmicas sociodemográficas e territoriais do Município em prol do alcance de maiores e melhores níveis de coesão e sustentabilidade social e territorial. -----*
- b) A Carta Educativa (neste caso, revisão e monitorização) visa dotar o Município de um instrumento que permita perspetivar a adequação da rede de infraestruturas de educação e ensino à procura previsível até ao ano letivo de 2023/2024. -----*
- c) Conforme é referido nesse mesmo documento, “estas últimas devem, contudo, ser entendidas não como decisões futuras tomadas hoje, mas antes como guias orientadoras ou ações preferenciais, para o reordenamento da oferta aquando (e se) a realidade agora perspetivada da procura se verificar”. -----*

Concluimos assim que o fundamento apresentado pelas senhoras Vereadoras do PSD, não se enquadra com o agora proposto e tal como o Partido Socialista tem vindo a afirmar desde 2006, não encerrará qualquer polo escolar a não ser que a lei o obrigue. -----

Serviços da Cultura

Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos – Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça – Pedido de Apoio Financeiro

----- 9 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja de São João de Lobrigos, registado sob o n.º 39 de 06 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----



----- “No dia 2 de Fevereiro, levaremos a efeito mais uma vez a Festa em Honra de Nossa Senhora da Graça. Fruto da devoção que as pessoas da nossa terra têm na Nossa Senhora da Graça, esta Festa embora de pequena dimensão, é sempre um acontecimento importante. -----
----- Por essa razão teimamos em não deixar morrer esta tradição. -----
----- Assim, vimos por este meio solicitar mais uma vez o apoio financeiro do Município, de modo a diminuir as despesas inerentes à realização da referida festa.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 200,00€ (duzentos euros).** -----

Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos – Pedido de Apoio Financeiro para execução de Obras de Conservação e Beneficiação do Edifício da Antiga Junta de Freguesia cedido para uso Exclusivo do Grupo de Cantares

----- 10 – Presente à reunião ofício do Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos, registado sob o n.º 30, do dia 5 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----
----- “O grupo de cantares de Fornelos fará amanhã 16 anos de existência, com um percurso muito ativo no que toca a divulgação da cultura e música da então freguesia e atual aldeia de Fornelos, proporcionando aos moradores e não só, momentos únicos de alegria e de nostalgia com o reviver das tradições. -----
----- O grupo ensaia, reúne, realiza eventos e mantém os seus haveres nas antigas instalações da Junta de Freguesia de Fornelos oficialmente desde Novembro de 2013. Contudo, foi entendimento da direção do Grupo que face às condições expostas no contrato de comodato, nomeadamente devido ao prazo de apenas 4 anos, conforme anterior decisão da Junta de freguesia, não se justificava da nossa parte um investimento de obras. A pedido da mesma direção do Grupo (com o apoio do Sr. Presidente da Câmara), a assembleia de freguesia de Louredo e Fornelos, finalmente deliberou ceder o espaço por um prazo de 10 anos, proporcionando desta forma as condições para a realização das necessárias e desejadas obras no “nosso” espaço. -----

Município de Santa Marta de Penaguião

Câmara Municipal

Ata n.º 03 de 17 de janeiro de 2017



----- O edifício foi construído há cerca de 40 anos e nunca foi até à data objeto de obras (salvo de manutenção mínima primária). Naturalmente que, após fortes anos de utilização, principalmente pela Junta de Freguesia de Fornelos, Comissões de festa e eventos do Grupo de Cantares, é notório o desgaste e até danos consequentes, sendo urgente reparar e substituir materiais para preservação do edifício e melhorar as condições com vista a sua durabilidade. -----

----- Pelo exposto, vimos solicitar o apoio financeiro do Município no investimento /execução das seguintes obras de conservação e beneficiação no edifício cedido ao Xantares de Fornelos, cujo valor é orçado num total de 7.500,00 euros (sete mil e quinhentos euros): -----

----- Substituição de caixilharias (porta de entrada, 6 janelas de abrir e 2 janelas basculantes) -----

----- Reparação das portas interiores (fechaduras, dobradiças,..); -----

----- Colocação de caleiros de águas pluviais, limpeza e reparação da cobertura; -----

----- Pintura exterior e interior; -----

----- Substituição de louças sanitárias e necessários trabalhos nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais. -----

----- Revestimento de pavimento com cortiça; -----

----- Trabalhos de envernizamento de madeiras (rodapés, portas, tapa precianas). -----

----- Junto anexo contrato de comodato onde é expressa a condição de realização das obras e novo prazo de 10 anos, orçamento de aquisição e montagem de caixilharias e orçamento dos restantes trabalhos de construção civil." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 7.500,00€ (sete mil euros).** -----

----- **O Senhor Presidente da Câmara, Dr. Luís Reguengo Machado e os Senhores Vereadores eleitos pelo Partido Socialista, disseram o seguinte:** -----

----- *"Embora o edifício seja propriedade da União de Freguesias de Louredo e Fornelos, a quem cabe a responsabilidade de cuidar do imóvel de forma a garantir as condições mínimas de funcionamento e comodidade para que o Grupo aí sediado, desenvolva as atividades culturais em prol da Freguesia e do Município.* -----



Tendo presente a equidade e seriedade com que a Câmara Municipal se relaciona com todos os grupos culturais que desenvolvem trabalho na área cultural do nosso concelho, entendemos apoiar a realização das obras, atribuindo uma comparticipação financeira no montante acima referido.” -----

AVAS – Associação de Vinhos, Aromas e Sabores

– Viso 13 – Apoio Financeiro

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente, Dr.ª Silvia da Fonseca Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Tem sido nosso apanágio apoiar todos os eventos que movimentem SANTA MARTA, que valorizem o nosso território e que engrandecem a nossa terra, este viso 13 não será exceção. ---

----- Considerando já a AVAS uma parceira, e estando também eles envolvidos no projeto, para a noite que se propõem realizar, o executivo municipal compromete-se a participar na realização das despesas, de um evento que sendo realizado pela primeira vez é sempre uma incógnita.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros).** -----

Serviços do Desporto

ATMVR – Associação de Ténis de Mesa de Vila Real

– Pedido de Apoio Financeiro

----- 12 – Presente à reunião carta da ATMVR – Associação de Ténis de Mesa de Vila Real, datada de 9 de janeiro do corrente ano, com o seguinte teor: -----

Município de Santa Marta de Penaguião
Câmara Municipal
Ata n.º 03 de 17 de janeiro de 2017

----- “Na sequência das provas levadas a efeito nas duas épocas anteriores vimos, por este meio, solicitar a V. Ex.^a. apoio para a realização do **III Torneio Transmontano**, que terá lugar nos próximos dias 11 e 12 de março no Pavilhão de Desportos de Vila Real. -----

----- A edição de 2016, que contou com a preciosa colaboração do Município de Santa Marta de Penaguião (€ 400,00), atingiu o patamar de excelência e catapultou o nosso Torneio para a categoria de Super Classe A, nível apenas atribuído a duas organizações a nível nacional. -----

----- Queremos continuar a evoluir e a mostrar a todo o país que, na nossa região, somos capazes de fazer tão bem ou melhor que os melhores.” -----


----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir uma comparticipação financeira no valor de 400,00€ (quatrocentos euros).** -----


A Senhora Vereadora do PPD/PSD, Prof.^a Maria Arlete Canário Taveira da Costa Gouveia, ausentou-se aquando da discussão e votação deste ponto. -----

APROVAÇÃO E ENCERRAMENTO

Aprovação da Ata e Encerramento da Reunião

----- 13 – E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 11:30 horas. -----


(António Augusto Amaral Sequeira)


(Luís Reguengo Machado, Dr.)